

Presidente define mudanças na economia

Jamil Bittar

O presidente Fernando Henrique Cardoso define hoje as medidas econômicas necessárias para cobrir os R\$ 2,4 bilhões que o Governo deixa de arrecadar com a derrota sofrida no Supremo Tribunal Federal (STF), semana passada, da proposta de cobrança de contribuição previdenciária dos inativos e aumento da contribuição dos ativos. Uma das alternativas estudadas é enviar ao Congresso uma proposta de emenda constitucional prevendo a cobrança previdenciária dos inativos.

Pela manhã, o Presidente discute com os ministros da área econômica saídas a curto e médio prazos para o problema. No final da tarde, Fernando Henrique apresenta os números aos líderes do Congresso e dos partidos da base aliada e sonda o clima para a

aprovação das medidas que poderão aumentar impostos e cortar gastos. "A situação das contas públicas do País salta aos olhos. Por isso, o clima do Congresso sem dúvida estará favorável", considerou o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Aloysis Nunes Ferreira, que participa das duas reuniões.

Para o ministro, o Congresso estará solidário ao problema do Governo, mesmo porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê o corte de gastos, se for preciso, para a obtenção de um superávit equivalente a 2,65% do Produto Interno Bruto (PIB) no orçamento do ano 2000. Para o presidente e líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), cabe ao Executivo apresentar as medidas aos parlamentares. "O Executivo ainda

conta com a boa vontade do Legislativo", disse afirmando que há uma predisposição da Casa em ajudar o Governo neste "momento delicado".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que há de se encontrar um caminho, "qualquer que seja ele", em razão dos problemas causados pela decisão do Supremo. ACM chega hoje a Brasília e afirmou que já começa imediatamente a fazer sondagens para ver qual a receptividade do Congresso. "Qualquer medida do Governo tem de ser combinada com os parlamentares", disse. "É a hora de quem ganha muito se sacrificar e todas as despesas devem ser cortadas, inclusive a dos magníficos palácios da Justiça."

As equipes de cada ministério do Governo trabalharam



Fernando Henrique: reuniões

durante todo o final de semana revendo as "folgas" nos seus orçamentos do ano 2000 para

identificar onde há espaço para cortes. Segundo assessores do Planalto, há, por exemplo, recursos sobrando na conta de pessoal que seriam usados para reajustes salariais pontuais e para reestruturação de algumas carreiras. O Governo também trabalhava, antes da decisão do Supremo, com um pequeno aumento nos investimentos este ano e no próximo que poderão ser descartados.

Entre as alternativas a serem apresentadas ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, pode estar a elevação de alguns impostos. O Governo já avisou que se não for possível absorver toda a perda de R\$ 2,4 bilhões com cortes no orçamento, terá que apelar para o aumento da receita.